
Central Eólica Inhambu S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Inhambu S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Inhambu S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Inhambu S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 8 de abril de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Central Eólica Inhambu S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Central Eólica Inhambu S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 14 de abril de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Central Eólica Inhambu S.A.

Balço patrimonial Em milhares de reais

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	16.696	10.447	Fornecedores	12	1.710	1.041
Contas a receber	8	2.083	1.897	Financiamentos	14	6.047	5.684
Estoque		433	213	Impostos e contribuições sociais		153	164
Impostos a recuperar		492	260	Conta de ressarcimento CCEE	13	49	-
Outros ativos		<u>573</u>	<u>556</u>	Arrendamento a pagar	14	128	132
Total do ativo circulante		<u>20.277</u>	<u>13.373</u>	Outros passivos		<u>554</u>	<u>630</u>
				Total do passivo circulante		<u>8.641</u>	<u>7.651</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos vinculados	14	3.293	3.303	Financiamentos	14	45.019	50.671
Partes relacionadas	25	<u>1.836</u>	<u>1.632</u>	Conta de ressarcimento CCEE	13	4.897	2.679
		5.129	4.935	Provisão para custos com desmobilização	15	7.511	7.661
				Arrendamento a pagar	16	<u>1.565</u>	<u>1.697</u>
Imobilizado	9	128.828	138.010	Total do passivo não circulante		<u>58.992</u>	<u>62.708</u>
Intangível	10	1.201	1.261				
Direito de uso	11	<u>1.869</u>	<u>1.956</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
		131.898	141.227	Capital social		88.655	88.655
				Reserva de lucros		1.016	521
Total do ativo não circulante		137.027	146.162	Lucros (Prejuízos) acumulados		-	-
				Total do patrimônio líquido		89.671	89.176
TOTAL DO ATIVO		<u>157.304</u>	<u>159.535</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>157.304</u>	<u>159.535</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Inhambu S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de vendas de energia	18	20.929	19.579
Custo com geração de energia	19	(14.550)	(12.894)
LUCRO BRUTO		6.379	6.685
Despesas gerais e administrativas	20	(733)	(1.148)
Outras receitas e (despesas) líquidas	21	(1.671)	68
LUCRO OPERACIONAL		<u>3.975</u>	<u>5.605</u>
Despesas financeiras	22	(5.282)	(4.503)
Receitas financeiras	22	<u>2.120</u>	<u>592</u>
Resultado financeiro, líquido		(3.162)	(3.911)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		813	1.694
Imposto de renda e contribuição social	23	(209)	(214)
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>604</u>	<u>1.480</u>
Quantidade média ponderada de ações – em milhares		<u>928</u>	<u>928</u>
Lucro do exercício por ação do capital social (em R\$)		<u>0,65</u>	<u>1,59</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Inhambu S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO	604	1.480
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>604</u>	<u>1.480</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Inhambu S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>		<u>Legal</u>	<u>Reservas de Lucros</u>		<u>Lucro ac</u>
		<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>		<u>Incentivos Fiscais</u>	<u>Investimentos</u>	<u>ac</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		88.855	(200)	-	-	-	
Lucro do exercício							
Destinação do lucro:							
Formação de reservas				29	299	193	
Dividendos propostos							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	17	88.855	(200)	29	299	193	
Lucro do exercício		-	-				
Destinação do lucro:							
Formação de reservas				30	139	326	
Dividendos propostos							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	17	<u>88.855</u>	<u>(200)</u>	<u>59</u>	<u>438</u>	<u>519</u>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Inhambu S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício		604	1.480
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício:			
Depreciação e amortização	9, 10, 11, 19 e 20	8.154	7.926
Juros e variações monetárias		4.790	4.159
Juros sobre partes relacionadas	25	(204)	(38)
Baixa ativo imobilizado	21	2.542	27
(Aumento) redução de ativos:			
Contas a receber		(186)	(146)
Estoque		965	(478)
Impostos a recuperar		(123)	(80)
Partes relacionadas		-	-
Outros ativos		(17)	(54)
Aumento (redução) de passivos:			
Fornecedores		691	208
Conta de ressarcimento - CCEE		2.235	850
Impostos e contribuições sociais		(41)	23
Imposto de renda e contribuição social a pagar		209	214
Outros passivos		(271)	521
Imposto de renda e contribuição social pagos		(288)	(293)
Pagamento de financiamento – juros	14	<u>(4.594)</u>	<u>(4.322)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>14.466</u>	<u>9.997</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Depósitos vinculados		366	6.298
Aquisição de imobilizado e intangível	9 e 10	<u>(2.567)</u>	<u>(136)</u>
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>(2.201)</u>	<u>6.162</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento de financiamento - principal	14	(5.764)	(5.765)
Partes relacionadas - mútuo concedido		-	(1.594)
Pagamento de dividendos		(64)	-
Amortização de arrendamentos	15	<u>(188)</u>	<u>(162)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(6.016)	(7.521)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>6.249</u></u>	<u><u>8.638</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	10.447	1.809
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	16.696	10.447
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>6.249</u></u>	<u><u>8.638</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Inhambu S.A. (“Inhambu” ou “Companhia”), com sede na Fazenda Pau Ferro, S/N, Pindaí – BA, foi constituída em 28 de outubro de 2011, tendo como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente. A Companhia é 100% controlada pela BW Guirapá I S.A., que por sua vez é integralmente controlada pela Cia de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA (“Ferbasa”).

Segundo a Portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”), abaixo detalhada, a Companhia está autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos a partir de fevereiro de 2012. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, no âmbito do Leilão de Reserva – 2011 (“LER 2011”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no ambiente regulado com a CCEE, por meio do qual, venderá toda a sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 (vinte) anos. A Central Eólica teve seu início de período de suprimento concatenado com a data da disponibilização das instalações da transmissão da subestação SE Pindaí II, o qual ocorreu em 16 de novembro de 2015.

A seguir, um resumo das características operacionais da Companhia:

	Capacidade instalada (MW) (*)	1ª Portaria de Autorização do MME ⁽¹⁾	Energia contratada 1º ano do 3º quadriênio (MWmed) ⁽²⁾	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) ⁽³⁾
Central Eólica					
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,0	96,97	187,59

(*) Conforme Portaria de Autorização MME.

(1) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME - Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.

(2) Conforme contrato de compra e venda, o 3º quadriênio compreende o período entre julho de 2022 e junho de 2026, sendo cada ciclo anual iniciado em julho e finalizado em junho do ano seguinte.

(3) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) desde julho de 2011. Valores atualizados pela CCEE data-base julho de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 14 de abril de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista, aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de “impairment”; e (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de “impairment” em 31 de dezembro 2022 (nota explicativa nº 8). O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

3.3. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

- (i) Custo amortizado: Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.
- (ii) Mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.
 - (a) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

(b) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

(c) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.4. Depósitos vinculados

Garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento das controladas.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados e custos socioambientais e de desmobilização (nota explicativa nº 9).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, limitada ao período de autorização vigente do parque eólico.

3.6. Intangível

Composto pelos direitos de uso de ativos para exploração e servidão. O contrato de cessão de direito de uso, transfere o direito de usar o ativo ao contratante pelo período contratado e são classificados como contratos financeiros. Para os contratos financeiros em que a Inhambu atua como contratante, os pagamentos foram capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato e, após a entrada em operação, passou a ser amortizado pelo período remanescente da autorização vigente do parque eólico.

3.7. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.7.1. Direito de uso em arrendamento

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

3.7.2. Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.7.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.8. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados anualmente para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Adicionalmente, não foram identificados indicativos de “impairment” para a Companhia.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros

3.10. Financiamentos

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das informações financeiras.

3.11. Conta de ressarcimento – CCEE

A conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 30 de junho de 2018, o segundo quadriênio se iniciou em julho de 2018 com encerramento para 30 de junho de 2022.
- (b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Inhambu receberá 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

3.12. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Inhambu tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Desmobilização do parque eólico

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; (v) painéis elétricos; e (vi) outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de desmontagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

3.13. Imposto de renda e contribuição social corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, geralmente são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

3.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.15. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado, alinhado com o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia; e (iii) quando obrigações de desempenho tiverem sido atendidas para as atividades da Companhia.

3.16. Novos pronunciamentos técnicos

3.16.1. Normas vigentes em 2022

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:
 - (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

3.16.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.16.2.1. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

3.16.2.2. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.16.2.3. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Atualmente, a Companhia vai avaliar o potencial impacto que as alterações terão na prática ao longo do exercício de 2023.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(i) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde está localizado o parque eólico. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

(ii) Conta de ressarcimento – CCEE

A conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais (nota explicativa nº 3.11). A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(iii) “Impairment”, vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das vidas úteis médias (anos) de depreciação estão divulgados na nota explicativa nº 9.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco de escassez de vento. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos durante o período destas demonstrações financeiras.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia, CCEE.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

d) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Total dos financiamentos (nota explicativa nº 14)	51.066	56.355
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7)	(16.696)	(10.447)
(-) Depósito vinculados (nota explicativa nº 14)	(3.293)	(3.303)
Dívida líquida (a)	<u>31.077</u>	<u>42.605</u>
Total do patrimônio líquido	<u>89.671</u>	<u>89.176</u>
Total do capital (b)	<u>120.748</u>	<u>131.781</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a/b)	<u>26%</u>	<u>32%</u>

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 8)	16.696	10.447
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8)	2.083	1.897
Depósitos vinculados (nota explicativa nº 14)	3.293	3.303
Partes relacionadas (nota explicativa nº 25)	1.836	1.632
<u>Passivos financeiros</u>		
Outros passivos financeiros:		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Fornecedores	1.710	1.041
Financiamentos (nota explicativa nº 14)	51.066	56.355
Arrendamentos a pagar (nota explicativa nº 16)	1.693	1.829

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	855	885
Aplicação financeira	15.841	9.562
	<u>16.696</u>	<u>10.447</u>

O saldo de recursos em banco e em caixa compreende aos depósitos em contas-correntes disponíveis para uso imediato.

As aplicações financeiras estão atreladas a cotas de Fundos de Investimentos Itaú Unibanco Top DI Referenciado. Em 31 de dezembro de 2022 o fundo rendeu 105,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (31 de dezembro de 2021 – 110,0%).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CCEE - ativo circulante	<u>2.083</u>	<u>1.897</u>

Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, recebido mensalmente. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Não há histórico de perdas com as contas a receber da Inhambu.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	10%	1.581	(16)	1.565	4.228
Aerogeradores	4,4%	146.942	(42.518)	104.424	112.488
Sistemas de transmissão e conexão	3,2%	6.660	(2.540)	4.120	3.549
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	18.614	(9.139)	9.475	11.366
Móveis e utensílios	10%	4	(6)	(2)	1
Peças de reposição		-	-	-	-
Meio ambiente – Desmobilização	4%	6.028	(240)	5.788	6.276
Outros imobilizados		3.491	(32)	3.459	102
		<u>183.320</u>	<u>(54.491)</u>	<u>128.829</u>	<u>138.010</u>

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está representada por:

	31/12/2020	Adições	Baixas	Reclassificações	31/12/2021
<u>Custo</u>					
Móveis e utensílios	14	-	-	-	14
Máquinas e equipamentos	4.298	-	-	-	4.298
Aerogeradores	149.068	-	-	-	149.068
Sistemas de transmissão e conexão	5.789	-	-	-	5.789
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.768	-	-	-	19.768
Meio ambiente – Desmobilização	-	6.276	-	-	6.276
Outros imobilizados	9	136	(27)	9	127

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	178.946	6.412	(27)	9	185.340
<u>Depreciação</u>					
Móveis e utensílios	(12)	(1)	-	-	(13)
Máquinas e equipamentos	(63)	(7)	-	-	(70)
Aerogeradores	(29.868)	(6.712)	-	-	(36.580)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.974)	(266)	-	-	(2.240)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(7.660)	(742)	-	-	(8.402)
Outros imobilizados	(9)	(16)	-	-	(25)
Meio ambiente	-	-	-	-	-
	(39.586)	(7.744)	-	-	(47.330)
Total do imobilizado líquido	139.360	(1.332)	(27)	9	138.010
	31/12/2021	Adições	Baixas	Reclassificações ⁽ⁱ⁾	31/12/2022
<u>Custo</u>					
Móveis e utensílios	14	-	-	(9)	5
Máquinas e equipamentos	4.298	-	-	(2.717)	1.581
Aerogeradores	149.068	913	(3.358)	71	146.694
Sistemas de transmissão e conexão	5.789	-	-	871	6.660
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.768	-	-	(1.154)	18.614
Meio ambiente – Desmobilização	6.276	-	-	1	6.277
Outros imobilizados	127	1.654	-	1.713	3.494
	185.340	2.567	(3.358)	(1.146)	183.325
<u>Depreciação</u>					
Móveis e utensílios	(13)	(1)	-	8	(6)
Máquinas e equipamentos	(70)	(16)	-	70	(16)
Aerogeradores	(36.580)	(6.698)	816	(57)	(42.519)
Sistemas de transmissão e conexão	(2.240)	(301)	-	1	(2.540)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(8.402)	(742)	-	5	(9.139)
Outros imobilizados	(25)	(8)	-	(4)	(37)
Meio ambiente	-	(240)	-	-	(240)
	(47.330)	(8.006)	816	23	(54.497)
Total do imobilizado líquido	138.010	(5.439)	(2.542)	(1.201)	128.828

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O valor de (R\$ 1.201), refere-se a reclassificações: R\$ 6 do grupo de intangível, (R\$ 22) reversão de provisão de fornecedor e (R\$ 1.185) para o grupo de estoques.

10. INTANGÍVEL

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Custo</u>							
Cessão de uso de solo e servidões (a)	1.788	-	-	1.788	-	(15)	1.773
Outros	-	-	(9)	(9)	-	9	-
Total do custo	<u>1.788</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>1.779</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>1.773</u>
<u>Amortização</u>							
Cessão de uso de solo e servidões	(429)	(89)	-	(518)	(54)	-	(572)
Intangível líquido	<u>1.359</u>	<u>(89)</u>	<u>(9)</u>	<u>1.261</u>	<u>(54)</u>	<u>(6)</u>	<u>1.201</u>

- (a) Refere-se aos contratos de cessão de uso de solo, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

11. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO

A movimentação do direito de uso de terrenos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

	<u>Terrenos</u>
<u>Custo</u>	
Saldo em 31/12/2020	<u>2.039</u>
Remensuração	<u>154</u>
Saldo em 31/12/2021	<u>2.193</u>
Remensuração	<u>7</u>
Saldo em 31/12/2022	<u>2.200</u>
<u>Depreciação</u>	
Depreciação em 31/12/2020	<u>(144)</u>
Adições no exercício	<u>(93)</u>
Depreciação em 31/12/2021	<u>(237)</u>
Adições no exercício	<u>(94)</u>
Depreciação em 31/12/2022	<u>(331)</u>
Saldo líquido em 31/12/2021	1.956
Saldo líquido em 31/12/2022	1.869

O prazo do arrendamento é de 35 anos, consoante período de concessão da licença determinado pela Portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME").

Os valores reconhecidos de remensuração R\$ 7 (R\$ 154, 2021) não afetaram as demonstrações de fluxo de caixa.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. FORNECEDORES

O saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos e empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

<u>Equipamento/Serviço</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Sistemas elétricos	1.259	739
Tarifas de transmissão	40	45
Outras contas a pagar	411	257
Total	<u>1.710</u>	<u>1.041</u>

13. CONTA DE RESSARCIMENTO – CCEE

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	2.679	1.897
Inferior a 90%	254	192
De 90% a 99,99%	1.927	1.511
Provisão / reversão (nota nº 18)	54	(853)
Atualização	<u>32</u>	<u>(68)</u>
	<u>4.946</u>	<u>2.679</u>
Circulante	49	-
Não circulante	4.897	2.679

Corresponde ao valor da energia não entregue prevista no contrato de concessão (nota explicativa nº 1). O acerto financeiro do montante inferior a 90% da energia contratada será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte valorado a 115% da tarifa vigente. O valor da energia não entregue dentro da faixa 90% a 99,99% da energia contratada será liquidado em 12 parcelas a partir do mês subsequente ao quadriênio.

Adicionalmente, os pagamentos dos ressarcimentos anuais e quadrienais encontram-se suspensos até decisão final da Audiência Pública nº 034/2019, conforme Despacho ANEEL nº 2.303 de 20 de agosto de 2019 e conforme Comunicado Ordinário CCEE CO 777/2021, de 22 de outubro de 2021, a CCEE dará andamento aos processamentos referentes ao cálculo da energia não fornecida por “Constrained-off” de usinas eólicas, objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER, conforme a publicação do Despacho Aneel nº 3.080 de 2021. No dia 26 de novembro de 2021, a CCEE informou aos agentes que postergou os processamentos de cálculos de energia não fornecida por “Constrained-off” por conta do tempo para validação de parâmetros de entrada com o ONS e no dia 31 de janeiro de 2022, a CCEE solicitou 2 ajustes na metodologia de cálculo e aguarda aprovação da ANEEL.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. FINANCIAMENTOS

Em 6 de outubro de 2015 a Companhia assinou, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o contrato de financiamento de construção do parque eólico. O financiamento está detalhado da seguinte forma:

<u>Companhia</u>	<u>Nº do contrato</u>	<u>Subcrédito A</u>	<u>Subcrédito B</u>	<u>Subcrédito C</u>	<u>Total</u>
Inhambu	15.2.0344.1	R\$ 69.391	R\$ 16.382	R\$ 1.945	R\$ 87.718

A taxa de juros do contrato é de 2,65% a.a. mais a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), com pagamento em 192 parcelas mensais e sucessivas vencendo a primeira em 15 de dezembro de 2015 e a última em 15 de novembro de 2031.

A Companhia, bem como as demais SPEs, tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas.

A Companhia, junto com as demais SPEs e a “holding”, deve manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado para todo o grupo a partir de 1,30, o qual em 31 de dezembro de 2022 foi de 1,49.

As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da Inhambu, penhor das ações da Controladora, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

a) Movimentação

A movimentação da conta de financiamentos foi a seguinte:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	<u>56.355</u>	<u>62.018</u>
Captação	-	-
Encargos de dívidas - juros e variação monetária	4.968	4.323
Amortização do principal	(5.764)	(5.765)
Pagamento de juros	(4.594)	(4.322)
Apropriação de custo - IOF sobre financiamento	101	101
Saldo final	<u>51.066</u>	<u>56.355</u>
Circulante	6.047	5.684
Não circulante	45.019	50.671

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2023	-	5.785
2024	5.688	5.785
2025	5.688	5.785
2026	5.688	5.785
2027	5.688	5.785
2028 em diante	22.267	21.746
	<u>45.019</u>	<u>50.671</u>

b) Depósitos vinculados

Refere-se ao depósito vinculado no montante de R\$ 3.293 (R\$ 3.303 em 31 de dezembro de 2021) para garantia do pagamento do empréstimo com o BNDES, mantido em fundo de investimento junto ao Banco Itaú, com meta de remuneração de 100% do CDI.

15. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de parques eólicos, assim como a desmobilização dos ativos atrelados às suas operações. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potencialmente cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

A movimentação da provisão para desmobilização está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Não circulante</u>		
No início do exercício	7.661	1.385
Complemento provisão desmobilização	-	6.276
Baixa	(150)	-
Total	<u>7.511</u>	<u>7.661</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contratou empresa de consultoria especializada para revisão da estimativa da provisão para desmobilização dos parques eólicos considerando os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis. Em 31 de dezembro de 2021 o passivo ambiental referente à desmobilização dos parques eólicos foi reavaliado no montante de R\$7.661, exigindo um complemento no montante de R\$6.276 em contrapartida do ativo imobilizado, a partir da melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem dos equipamentos ao término da autorização, inflacionados e descontados à valor presente considerando uma taxa real de juros baseada em taxa praticada no mercado descontado pela inflação medida conforme o IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R\$ 7.511, com baixa de R\$ 150 no exercício.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

	<u>Terrenos</u>
Saldo em 31/12/2020	<u>1.808</u>
Remensuração	154
Pagamentos	(162)
Realização AVP	29
Saldo em 31/12/2021	<u>1.829</u>
Remensuração	7
Pagamentos	(188)
Realização AVP	45
Saldo em 31/12/2022	<u>1.693</u>
Circulante	128
Não circulante	1.565

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	
2024	193
2025 a 2029	623
2030 a 2034	391
2035 a 2039	286
2040 a 2044	68
2045 em diante	4
Total	<u>1.565</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a companhia utilizou como taxa de desconto, a taxa de juros de financiamentos do contrato BNDES para as operações de terrenos e edificações de 8,65% a.a. (2,65% a.a. mais a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP")).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito da Inhambu é de R\$ 88.855, sendo R\$ 200 a integralizar, composto por 930.175 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, subscritas sendo 928.350 integralizadas e 1.825 a integralizar.

Em 19 de julho de 2019, após anuência do BNDES, a Companhia reduziu seu capital para fins de absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, no montante de R\$ 15.664.

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(=) Lucro líquido do exercício	604	1.480
(-) Compensação de prejuízos anteriores	-	(895)
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(30)	(29)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)	(139)	(299)
(=) Lucro base ajustado para distribuição	<u>435</u>	<u>257</u>
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	<u>(109)</u>	<u>(64)</u>
Reserva de lucros para investimentos	<u>326</u>	<u>193</u>

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita com geração de energia	<u>21.815</u>	<u>20.372</u>
Impostos sobre faturamento:		
PIS	(153)	(141)
COFINS	(733)	(652)
	<u>(886)</u>	<u>(793)</u>
	<u>20.929</u>	<u>19.579</u>

19. CUSTO COM GERAÇÃO DE ENERGIA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depreciação	(7.853)	(7.834)
Amortização	(294)	(89)
Transmissão de Energia	(1.078)	(1.019)
Encargos de uso do sistema e controle operação, taxa associativa (ONS, CHESF e CCEE)	(128)	(126)
Operação e manutenção da usina	(5.197)	(3.779)
Outros	-	(47)
	<u>(14.550)</u>	<u>(12.894)</u>

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas com pessoal	(266)	(802)
Serviços de terceiros	(157)	(170)
Seguros	(259)	(166)
Depreciação	(7)	(3)
Outras	(44)	(7)
	<u>(733)</u>	<u>(1.148)</u>

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Penalidade (i)	(259)	(192)
Reversão "Constrained-Off" (ii)	(54)	853
Sinistro (iii)	1.451	-
Impostos e taxas	(233)	(28)
Baixa de imobilizado	(2.542)	(27)
Outras	(34)	(538)
	<u>(1.671)</u>	<u>68</u>

(i) Vide notas explicativas nº 3.11 e 13.

(ii) A Companhia realizou a provisão de ressarcimento e penalidade no montante de R\$ 54 (reversão de R\$ 853, 2021) com base nas premissas estabelecidas no art. 19º da Resolução Normativa nº 1.030/22 e Despachos nº 3.080/2021 e nº 1.151/22 da ANEEL, que estabeleceu a Regra de Comercialização que estabelece Metodologia para Cálculo de Energia não Fornecida Decorrente de "Constrained-off" de Usinas Eólicas.

(iii) Refere-se ao recebimento de sinistro de seguros pela quebra de gearbox.

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	(4.956)	(4.323)
IOF sobre empréstimos	(101)	(101)
Encargos sobre financiamentos no resultado	(5.057)	(4.424)
Outras despesas financeiras	(225)	(79)
	<u>(5.282)</u>	<u>(4.503)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros de aplicações financeiras	1.902	553
Juros sobre mútuo	204	38
Outras receitas financeiras	14	1
	<u>2.120</u>	<u>592</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(3.162)</u>	<u>(3.911)</u>

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia realiza a sua apuração com base no lucro real. Adicionalmente, em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas da geração de energia elétrica, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, conforme Laudos Constitutivos de nº 487, 488, 489, 490, 491, 492 e 428/2018, substituídos pelos de nº 291, 292, 293, 300, 301, 302, e 303/2019.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou lucro tributável.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	813	1.694
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	(276)	(576)
<u>Adições e exclusões</u>		
Outros	139	63
Incentivo Fiscal (Sudene)	(72)	299
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	-	-
IRPJ/CSLL no resultado	(209)	(214)

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia está inserida na cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela empresa "holding" BW Guirapá I S.A.: Seguro patrimonial com cobertura de riscos operacionais de R\$ 779.902 e de responsabilidade civil, empresarial e seguro fiança de R\$ 82.376, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas estão relacionadas a seguir:

- (a) No dia 22 de junho de 2021, o BNDES autorizou a extinção das Contas Reserva Especial da Holding e SPE e a criação da Conta Reserva de Complementação do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) e a constituição de cessão fiduciária incidente sobre os créditos depositados nessa conta. Com isso, a premissa de cálculo dos covenants - ICSD foi alterada e as aplicações antes existentes nas contas Reserva Especial das SPE's, foram transferidas e concentradas na BW Guirapá.

<u>BW Guirapá I – ativo não circulante</u>	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.632	-
Adição	-	1.594
Atualização	204	38
Saldo final	1.836	1.632

Central Eólica Inhambu S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Refere-se ao contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa das atividades corporativas entre Ferbasa e BW.

<u>Partes relacionadas – despesas gerais e administrativas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ferbasa	<u>95</u>	<u>88</u>

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício de 2022 e 2021 foi efetuada pela Central Eólica Inhambu S.A, Central Eólica Corrupião S.A e pela Central Eólica Caititu S.A. O montante correspondente à Companhia foi de R\$ 272 (2021, R\$ 793).

26. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui processos diretamente atribuíveis, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos e fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, entende não haver a necessidade de constituição de uma provisão para contingências nem divulgação de causas possíveis.

27. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- Direito de uso em arrendamentos conforme IFRS 16 no montante de R\$ 7 (2021, R\$ 154), conforme nota explicativa nº 11.
- Baixa de desmobilização no montante de R\$ 150 (2021, R\$ 6.276 – Adição), conforme nota explicativa nº 15.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) apreciou os Temas 881 e 885, que abordam os impactos das decisões do STF em relação a coisa julgada, em especial quanto à possibilidade de cobrança da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (“CSLL”). A esse respeito, a companhia não possui decisão transitada em julgado ou demanda judicial questionando o não recolhimento CSLL.

Oseias da Rocha Fiau
Diretor Presidente

Arnaldo Pereira Anastácio
Contador
CRC-RJ 61263/O-o “T” BA